

# PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIX • Nº 408  
Brasília-DF • Setembro 2018

**Terras Eware  
são ameaçadas  
por garimpeiros  
e demais  
invasores**

*Páginas 8 e 9*

**A polícia  
ruralista do  
Mato Grosso  
do Sul ataca  
novamente**

*Páginas 14 e 15*

## **Joenia Wapichana**

**A primeira mulher indígena chegou à Câmara Federal**

Eleita por Roraima, a advogada é da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, uma das mais atacadas pela bancada ruralista. Ardorosa combatente da tese do marco temporal, em entrevista ao Porantim, a Wapichana fala de suas prioridades, com destaque aos povos indígenas, aos imigrantes e às populações mais pobres de seu estado

*Páginas 3, 4 e 5*

# Fake News, eleições e os povos indígenas

Os povos indígenas entendem muito de *fake news*. Afinal, sofrem com notícias falsas sobre o que são e pensam há 518 anos. Desde as cartas que chegavam à Europa, dando conta de povos selvagens e sem alma, aos ataques contemporâneos de que são preguiçosos, indolentes e ladrões de terra. Até mesmo direitos expressos em leis, como a Constituição Federal, são convertidos em mensagens falsas.

Como disse em recente entrevista o intelectual indígena Ailton Krenak, a certeza de que os povos indígenas irão resistir ao que está posto à mesa da conjuntura é certo, porque desta maneira vivem há mais de cinco séculos. Epidemia de infanticídio, participação em atividades de garimpo, a preferência por dinheiro em detrimento da terra. Todo tipo de mentira foi e é inventada.

Nestas eleições, algumas *fake news* batidas voltaram à baila. Jair Bolsonaro decidiu espalhar, com farta ajuda de robôs virtuais, que quando os indígenas falam em autodeterminação planejam criar países dentro do Brasil. Fosse o povo mais bem informado e formado, a bobagem dita pelo candidato derreteria mais rápido que gelo no deserto. Não é o caso.

Logo a mensagem passa a ser reproduzida por outros candidatos, com discursos entalhados na narrativa anti-indígena, sobretudo em estados com conflitos fundiários estabelecidos, caso do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Os seguidores, cegos por um ódio gerado a partir de falsas premissas, passam a reproduzir. Em pouco tempo, uma mentira torna-se a mais absoluta verdade.

Consolidada na arena sangrenta que se tornou a opinião pública, as condições estão dadas para, por exemplo, os ruralistas justificarem a suspensão de demarcações na Amazônia, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Contrariando as normas constitucionais, à luz destes dias sombrios, Bolsonaro

assume a pauta e reitera que não demarcará mais nenhum centímetro de terras tradicionais e anulará todas as que forem necessárias. O candidato do plano econômico do “privatiza tudo” dá lugar ao candidato do “Brasil acima de tudo”.

Organizações como o Conselho Indigenista Missionários (Cimi) e profissionais de antropologia, responsáveis legais pelos grupos de trabalho das demarcações, passam a sofrer também todo tipo de ataque das *fake news*. Entre 2015, 2016 e 2017, Cimi, antropólogos e antropólogas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), e demais organizações indigenistas, caso do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), foram alvos preferenciais.

No Mato Grosso do Sul, deputados estaduais ruralistas articularam uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa, baseada tão somente em *fake news*. Espalharam que o Cimi pagou R\$ 6 milhões para um indígena comprar armas, que a organização possuía planos para construir uma República Guarani de orientação marxista-leninista-trotskyista e concluíram como objetivo central do Cimi a entrega de riquezas do Brasil para países estrangeiros. Este é apenas um pequeno apanhado, o acervo de mentiras e notícias falsas é vasto e está devidamente arquivado pela Justiça Federal dado o tamanho de bobagens.

Devíamos estar mais preparados para enfrentar algo que demonstrava sinais evidente de que iria ocorrer. Mas como lidar com a manipulação de dados e informações, a criação de notícias falsas baseadas com grande precisão naquilo que as pessoas querem ouvir e ler? Voltando ao Ailton Krenak, o intelectual indígena completou o seu pensamento dizendo o seguinte: os povos indígenas estão preparados para enfrentar este cenário, mas e os brancos?

Pelo visto, não. Mais uma vez, os povos indígenas têm muito o que nos ensinar.

## Porantinadas

### Cheiro de enxofre no ar

O candidato Jair Bolsonaro lembra, e muito, o satanás da mitologia cristã; o ser diabólico que aposta na confusão. Se por um lado o ex-militar, que passou 28 anos na Câmara Federal apenas proferindo discursos de ódio, afirma o nacionalismo mais fanático (“Brasil acima de tudo”), por outro tem em seu Posto Ipiranga, o economista Paulo Guedes, o traço mais marcante do lesa pátria que na verdade é. Afinal, o projeto econômico do ex-militar tem como principal pilar: “Privatiza tudo!”. Ou seja, entregue empresas estatais e as reservas minerais que são a base da soberania nacional para países e grupos estrangeiros.

### Chicago Boy

Aliás, o economista Paulo Guedes tem um apreço por regimes antidemocráticos. Agora com o projeto de neofascista, Guedes esteve na equipe econômica do ditador Augusto Pinochet, que comanda o regime militar chileno de 1973 a 1990. O economista operou, ao lado de seus colegas oriundos da Universidade de Chicago, uma agenda hiper-liberal no Chile. Enquanto o Estado chileno matou mais de 30 mil opositores, os Chicago Boys dilapidaram o país com privatizações e outras medidas econômicas. Resultado: sangue e colapso. Paulo Guedes agora quer trazer esta experiência ao Brasil.

### Governo Temer é a antessala do caos

Dado o cenário, o governo ilegítimo de Michel Temer, que desde o momento em que se apossou da faixa presidencial só fez aumentar a violência no campo, pode ser a antessala de algo muito pior no horizonte. Caso Bolsonaro vença as eleições, teremos a certeza de um Estado altamente opressor, que não irá tolerar oposição ou luta por direitos, tratando os movimentos sociais como terroristas. Por outro lado, a política econômica hiper-liberal irá desidratar o Estado colocando em mais apuros os povos e populações que mais dependem dele. Temer desdenha de muitas obrigações do governo; Bolsonaro irá acabar com elas.



Nossa homenagem à Joenia Wapichana. A primeira mulher indígena eleita para a Câmara.



# Joenia Wapichana: a primeira mulher indígena eleita deputada federal

Em entrevista, Joenia Wapichana fala sobre representatividade indígena na política, Marco Temporal, PEC 215/00 e as temáticas que defenderá no Congresso Nacional

Por Guilherme Cavalli, Michelle Calazans e Mayra Wapichana

**P**ela primeira vez, em 190 anos de Parlamento, uma mulher indígena tem assento no legislativo brasileiro. No domingo (7), Joenia Wapichana (Rede) recebeu 8.491 votos e foi eleita Deputada Federal pelo estado de Roraima. A indígena ocupará uma das oito cadeiras reservadas ao estado na Câmara dos Deputados

A decisão de concorrer ao pleito eleitoral, segundo Joenia, ocorreu durante a 47ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, após análise política sobre a situação dos povos indígenas no Brasil. Os indígenas presentes na assembleia consideraram importante a participação de lideranças na disputa institucional. Joenia Wapichana foi indicada pelo movimento indígena de Roraima e hoje une-se ao feito histórico de Mario Juruna, primeiro indígena a conquistar uma vaga na Câmara dos Deputados (1983-1987). Desde a saída do Xavante do Congresso, em 1986, nenhum indígena havia ocupado vaga no legislativo.

Em sua trajetória, Joenia Wapichana também foi a primeira mulher indígena a se formar em direito no Brasil, em 1997, pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). “Fui a quinta colocada, onde só tinha filho de deputado, filho de dono de jornais. Mas competi de igual com eles. Acabei me formando em quatro anos, em um curso que o mínimo era cinco”, contou em vídeo para o RenovaBR, grupo do qual faz parte. Posteriormente, conquistou o título inédito de mestre pela Universidade do Arizona, nos Estados Unidos. No Supremo Tribunal Federal

(STF), a indígena também protagonizou um marco ao ser a primeira advogada indígena da história a realizar uma sustentação oral durante o julgamento que definiu a demarcação da TI Raposa Serra do Sol (RR).

Em 2019, Joenia Wapichana continuará a ser sinônimo de resistência, agora na Câmara dos Deputados. Em entrevista ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a advogada indígena esclarece quais serão os desafios e as prioridades de trabalho no parlamento, tendo em vista o cenário político dominado pela bancada ruralista e sua frente anti-indígena. Entre as bandeiras defendidas pela Deputada Federal eleita estão os direitos coletivos indígenas, luta em prol de mulheres indígenas, desenvolvimento sustentável, respeito ao meio ambiente, transparência, ética e combate à corrupção.

Representatividade indígena, PEC 215/00, Marco Temporal, Parecer 001/AGU foram temas abordadas na entrevista abaixo. O esclarecimento de Joenia Wapichana é voltado ainda sobre os projetos que almejam levar para o Congresso a demarcação das terras indígenas, tirando do Ministério da Justiça e da Funai.



*A indígena Joenia Wapichana faz parte de uma longa trajetória de lutas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, um dos territórios mais atacados pelos ruralistas no Congresso Nacional*

“As garantias constitucionais que nós conquistamos em 1988 com muito esforço são mais do que nunca necessárias nesse momento onde nossos direitos encontram-se ameaçados”

Em levantamento realizado pelo Cimi, “Congresso anti-indígena – Os parlamentares que atuaram contra os direitos indígenas”, a instituição identificou que existem 33 proposições anti-indígenas em tramitação no Congresso e no Senado. Desse total, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações de Terras Indígenas (TI). Para Joenia, esse cenário de judicialização e morosidade do processo de demarcação, somado a impunidade dos crimes contra as populações tradicionais, abrem precedentes para o aumento da violência contra os povos.

“Essa violência gerada contra os povos indígenas surgiu, inclusive, da falta de reconhecimento das

terras indígenas, do extremo grau de discriminação dos povos indígenas e da impunidade sobre o que acontece em relação as terras indígenas”, comenta. “O trabalho será voltado para fazer com que essa violência acabe e que as pessoas responsáveis sejam responsabilizadas”

## Representatividade

Simbolicamente, é comum que os povos indígenas sejam barrados ao tentar ingressar nas dependências do Congresso Nacional ou, de forma ainda mais recorrente, ver proibido o ingresso de seus instrumentos tradicionais e religiosos, como maracás. Do lado oposto aos poderosos setores político-econômicos que se convertem, no Congresso, em fortes grupos de pressão anti-indígena – e muitas vezes do lado de fora de seus muros excludentes – os povos originários resistem e permanecem atentos aos ataques que lhes são desferidos.

Em cenário de total desrespeito e desproteção aos povos indígenas, na figura de Joenia Wapichana, os povos indígenas encontram um foco de resistência.

**Leia a entrevista nas páginas seguintes.**

# ENTREVISTA

## Joenia Wapichana

### – Quais motivos te levaram a pleitear uma vaga como de Deputada Federal?

Primeiramente, foi feita uma análise política sobre a situação dos povos indígenas no Brasil em uma grande assembleia indígena. Essa assembleia considerou as lideranças indígenas para participar desse pleito e eu fui uma das lideranças avaliadas e convidadas.

É extremamente importante que os povos indígenas tenham espaço garantido na Câmara Federal, onde tramita projetos como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, o Projeto de Lei (PL) nº 1.610/1996, que englobam toda essa tentativa de reversão dos nossos direitos. Esse momento é crucial para a defesa dos direitos indígenas, foram esses os motivos que me fizeram aceitar essa demanda do movimento indígena, para pleitear ao cargo de Deputada Federal.

### – O quanto representativo é sua candidatura em um cenário político que é dominado pela bancada ruralista/anti-indígena?

Essa representatividade é extremamente importante. Não temos nenhum indígena no Congresso Nacional para nos defender. Hoje, nós temos alguns aliados dos povos indígenas no legislativo. Em contrapartida, existe grande pressão da bancada ruralista para levar falsas interpretações sobre os direitos indígenas, a exemplo do marco temporal e fazer com que aquelas condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, as condicionantes negativas, sejam colocadas como lei. A partir de agora essa representatividade é legítima no Congresso, porque tem o movimento indígena para defender esses direitos.

### – Como avalia a tese do marco temporal, que está presente em muitas das proposições anti-indígenas do Congresso e como se dará o embate na Casa?

No meu entendimento, o Marco Temporal é totalmente inconstitucional. É dessa forma que vou defender com os argumentos já posicionados de forma direta, porque a nossa Constituição assegura os direitos originários dos povos indígenas. E, justamente, essa tese que veio a partir de um voto, do caso da Raposa Serra do Sol, não é uma sumula vinculante e tão pouco tem que ser colocado como um norteador de direitos. Nós sabemos que a promulgação da Constituição Federal foi feita no dia 5 de outubro de 1988, mas não significa dizer que a partir daí que nasce o direito para demarcação. A própria constituição responde que existe o direito originário e o princípio da imprescritibilidade sobre os direitos das terras originais. Existe uma legislação que consegue confirmar que nossos direitos territoriais são defendidos antes mesmo da própria promulgação da Constituição de 1988. Então, vou trabalhar para que esses posicionamentos jurídicos, técnicos, políticos e constitucionais sejam colocados de forma básica sobre os princípios dos direitos originários da imprescritibilidade.

### – Como Deputada Federal, qual a perspectiva de embate no Congresso acerca da PEC 2015//2000, que ameaça brutalmente os direitos indígenas?

“O embate vai ser para que esses argumentos sobre o direito originário sejam evidenciados, não simplesmente dizer que tem muita terra para pouco índio e que devemos abrir mão de direitos indígenas”

O movimento indígena sempre fez muita pressão em Roraima e eu sempre acompanhei e participei das manifestações. Minha sustentação é que a PEC 215 tem que ser rejeitada em sua integralidade, ela é inconstitucional, pois fere nossos direitos indígenas. Se ela for votada nesse contexto anti-indígena, ela vai sofrer muita pressão. É necessário fazer com que os partidos políticos, assim como o meu da Rede Sustentabilidade, possam agir contra judicialmente à essa ação, caso essa PEC passe, esperamos que não. É importante que possamos encontrar, coletivamente, argumento para que essa proposta não avance.

### – Qual sua posição sobre os projetos que querem trazer para o Congresso a demarcação das terras indígenas, tirando do Ministério da Justiça e da Funai?

Essa questão trata justamente da PEC 2015. Ela é absurda, porque está bem clara na Constituição Federal “...é dever da União exercer a função administrativa de demarcar as terras indígenas...”.

Nesse sentido, entendo que esses projetos que trazem para o Congresso a demarcação de terras indí-

genas está ferindo a competência dos poderes. Vou defender para que as terras indígenas, mais do que nunca, tenham sua demarcação feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que é o órgão indigenista federal que tem aparato, a experiência e o corpo técnico para empregar os princípios da Constituição. Defendo, assim, os critérios de demarcação de terras indígenas, os seus procedimentos, e como tem feito, avançar ainda mais nessa regularização fundiária das terras indígenas. O Congresso Nacional tem todo um preparo político e não entende de demarcação das terras indígenas.

### – Diante do quadro de violência presenciado no Brasil contra os povos indígenas, quais são as prioridades de trabalho na Câmara dos Deputados?

Esse quadro dramático diz bastante acerca da relação com a falta de regularização fundiária das terras indígenas. A proposta é que seja mais célere.

Minha prioridade é justamente fazer com que esses dados evidenciem essas violências, como forma de justificar o déficit de regulamentação desses direitos.



Melinyder

Dessa forma, o trabalho será voltado para que a Câmara dos Deputados, não somente as Comissões de Direitos Humanos, mas também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), possa estabelecer essa relação e fazer com que algumas medidas possam ser adotadas para punir os que cometem essas violências. É importante, nesse atual momento, acelerar o processo de demarcação de terras indígenas e combater toda e qualquer discriminação existente. O trabalho será voltado para fazer com que essa violência acabe e que as pessoas responsáveis sejam responsabilizadas.

**– Com foco na demarcação de terras tradicionais, quais serão os desafios e providências previstas nesta legislatura para retomar os direitos aos senhores originários das terras?**

O trabalho será voltado para que a lei seja implementada e cumprida. É importante que haja uma segurança para que as terras indígenas sejam demarcadas a partir dos critérios constitucionais, obedecendo assim, todas as garantias, a partir das necessidades dos povos indígenas. E ela seja interpretada de forma positiva e não ao marco temporal, e não a questão do interesse sobre recursos naturais, mas que ela possa garantir a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas no Brasil.

A proposta é fazer com que todo o Congresso Nacional e a sociedade brasileira entenda a importância de demarcar as terras indígenas. Nesse sentido, não é por uma questão de colocar em conflito ou não, mas é questão de direitos humanos, de todos serem beneficiados. Vamos mostrar para o índio e para o não índio como é importante preservar os recursos naturais e destacar o papel que as terras indígenas desempenha nesse processo de preservação.

**– Entre as propostas, qual a perspectiva e planejamento de atuação em médio e longo prazo?**

De imediato, o trabalho será destinado para combater as propostas anti-indígenas. Neste primeiro ano pretendo ouvir todas as propostas consideradas prioritárias pelas organizações e entidades que defendem os direitos

“A violência gerada contra os povos indígenas surge da falta de reconhecimento das terras indígenas, do extremo grau de criminalização dos povos indígenas e da impunidade sobre o que acontece em relação as terras indígenas,”



Da direita para a esquerda, Joenia Wapichana é a segunda durante ida de delegação indígena ao STF contra o marco temporal

indígenas. Sei que não vou conseguir resolver tudo que existe, mas vou conseguir frear, pedir vista, analisar da melhor forma possível, vou poder criticar. Nesse primeiro momento, vai ser destinado inclusive para me planejar e me situar sobre todos os encaminhamentos. Em médio prazo, pretendo desenvolver um trabalho de manifestação sobre o que já existe para propor coisas positivas, a gente não precisa só ficar se defendendo.

A partir desse canal de diálogo com os povos indígenas e com as organizações, a gente vai poder propor coisas boas, como a questão da educação diferenciada. Hoje, nós precisamos ter um sistema de educação escolar indígena próprio. Nós precisamos ter propostas de lei que reconheçam os profissionais indígenas de saúde, precisamos melhorar o sistema de saúde e de conveniado, bem como solucionar esse problema do terceiro setor. Precisamos levar esse debate para solucionar problemas também a longo prazo desenvolver políticas públicas específicas para a juventude, as mulheres, além de trabalhar a sustentabilidade e as parcerias.

Em longo prazo, desejo avançar na cidadania, por meio da discussão de política dentro das comunidades indígenas, para que se tenha um entendimento coletivo do contexto nacional. É preciso discutir a reforma política no nosso país, discutir o sistema de distrital misto para que cada município possa ter seus próprios representantes, assim seria mais fácil e viável. Aqui em Roraima, por exemplo, cerca de 80% da população é indígena, nós teríamos com certeza mais Deputados Federais indígenas no Congresso. Por isso, é importante que a gente comece a discutir essas reformas políticas.

Por outro lado, é importante que a gente discuta a questão ambiental das terras indígenas na Amazônia, discutir também a questão da energia. As hidrelétricas da Amazônia sempre surgem como solução, mas elas não são as únicas soluções. Precisamos buscar proposta de incentivo, discutindo essas soluções e inserindo projetos como existem na Raposa Serra do Sol, valorizando a energia solar e eólica, para assim buscar soluções contra essas hidroelétricas, para fazer com que nossas comunidades sejam tanto protagonistas, quanto beneficiárias, no próprio sistema.

E também em longo prazo, discutir a situação das fronteiras, que hoje estão em uma crise com país vizinho da Venezuela. A gente precisa buscar soluções para amenizar toda a situação de imigração de venezuelanos para o Brasil. Atualmente, não existe uma política pública clara acerca dessa questão. É preciso ter um planejamento de atuação a longo prazo e levar a discussão para a Câmara Federal. ♦

Entrevista concedida a Guilherme Cavalli, Michelle Calazans e Mayra Wapichana

“A partir de agora essa representatividade é legítima no Congresso. Demarcar as Terras Indígenas é um ato administrativo e significa executar a lei e a Constituição Federal,”



Manifestação indígena durante Acampamento Terra Livre (ATL) 2017

# Indígenas e quilombolas fortalecem resistência contra o racismo e por direitos

Por Michelle Calazans, Assessoria de Comunicação - Cimi

**P**ovos indígenas Kaingang e Guarani e Quilombolas reforçaram, durante a Assembleia dos Povos, em Porto Alegre (RS), ocorrida no dia 20 de outubro, o debate em prol da luta e resistência contra o fascismo e racismo no Brasil. O encontro, realizado no Quilombo dos Lemos, pautou dois eixos de análise e reflexão: defesa dos territórios tradicionais e o contexto da adversidade na defesa de direitos constitucionais.

O debate repercutiu a conjuntura política nacional, tendo em vista as reiteradas ameaças apresentadas contra os povos indígenas e quilombolas, pelo candidato da extrema direita às eleições presidenciais, Jair Bolsonaro (PLS). O candidato declarou que não pretende demarcar um centímetro sequer de terra em favor das comunidades indígenas e quilombolas. Jair Bolsonaro trata como privilégio o que representa uma dívida histórica, no âmbito da demarcação de terras tradicionais.

Os indígenas Kaingang e Guarani e Quilombolas enfrentam desafios comuns na região: grilagem de terras tradicionais. Apesar de as denúncias recorrentes, a situação desses povos engrossa, inclusive, o caótico cenário de completa omissão por parte do governo ao patrimônio desses povos originários. A assembleia reforçou a vivência de conflitos e violências brutais praticadas no estado.

Segundo o coordenador do Cimi Sul, Roberto Liebgott, a análise, luta e resistência são fundamentais neste momento em que o Brasil vive um cenário de 'genocídio legislado' com mais de 100 propostas legislativas em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados em detrimento à cultura, ao território e à própria existência dos povos indígenas, registrados na publicação do Cimi "Congresso Anti-Índigena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas". Para ele, o posicionamento do candidato Jair Bolsonaro fomenta o discurso de ódio, intolerância e violência contra esses povos originários.



A assembleia reforçou a vivência de conflitos e violências brutais praticadas no estado

## Completa omissão ao patrimônio indígena

Informações do Relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados 2017", publicado pelo Cimi no mês passado, fundamentam, não somente a real situação no Rio Grande do Sul, mas também reitera a denúncia de completa omissão por parte do governo ao patrimônio indígena no território nacional.

O relatório aponta que, no último ano o governo Temer não homologou nenhuma terra indígena. Este fato o coloca como o presidente com o pior desempenho neste quesito. Além disso, o Ministério da Justiça assinou apenas duas Portarias Declaratórias e a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou seis terras como sendo de ocupação tradicional indígena.

Em âmbito nacional, das 1.306 terras reivindicadas pelos povos indígenas, um total de 847 terras (o que

representa 64%) apresenta alguma pendência do Estado para a finalização do processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 847, um volume de 537 terras (63%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado. Considerando que a Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil até 1993, fica evidente uma completa omissão do Executivo no cumprimento desta sua obrigação constitucional.

Além dos 847 casos de omissão e morosidade na regulamentação de terras, a violação de direitos constitucionais dos povos indígenas também reflete no aumento de casos de conflitos relativos aos direitos territoriais, 20 casos. Bem como no número de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, que repercute 96 casos no último ano. ♦

## Nova edição do "Manual para Defender os Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais" é lançada

Por Michelle Calazans, Assessoria de Comunicação - Cimi

**A** organização internacional Fundação para o Devido Processo (DPLF) lançou a nova edição do "Manual para Defender os Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais". O documento foi publicado originalmente em 2009 e, desde então, é atualizado para potencializar a luta em defesa dos direitos desses povos originários na América Latina e no mundo. A versão em Português e Guarani foi desenvolvida em parceria com o Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA), o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), o Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC), o Instituto das Irmãs de Santa Cruz e com o professor Guarani Kaiowá, Cajetano Vera. O documento apresenta, ainda, charges de autoria de Carlos Henrique Latuff de Sousa.

O manual instrumentaliza indígenas, organizações indigenistas e movimentos sociais do Brasil acerca dos direitos internacionais assegurados aos povos indígenas em âmbito mundial. Além de utilizar ferramentas e jurisprudências de Cortes Internacionais. Nesse sentido, o Manual enumera os principais direitos protegidos por instrumentos internacionais, seu alcance e conteúdo, assim como uma referência aos distintos mecanismos internacionais que protegem os direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.



As charges do documento são de autoria de Latuff

O conhecimento e a utilização de tais ferramentas são particularmente importantes num contexto de expansão de megaprojetos de infraestrutura, exploração e extração de recursos naturais nos territórios dos povos indígenas e tradicionais, na América Latina e em escala global. No momento, o manual está disponível na versão digital, mas em breve a versão física estará acessível.

A nova edição do manual contém, inclusive, uma breve descrição do Sistema Universal de Direitos Humanos, dos distintos órgãos específicos com mandatos de proteção dos direitos dos povos indígenas, assim como

da forma que se deve invocá-los. Inclui, também, uma breve descrição do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, dos mecanismos disponíveis para a defesa dos povos indígenas e seu funcionamento.

Segundo a assessora jurídica do Cimi, Caroline Dias Hilgert, que contribuiu na tradução, revisão e correção da versão em português do manual, o documento é um facilitador para fomentar articulações e denúncias em defesa dos povos indígenas e tradicionais os organismos internacionais. "O manual traz alguns modelos de formulário para que formalizar essas denúncias de violações dessas normas internacionais, as quais o Brasil é signatário, que vão muito além do próprio território originário, como o direito à língua, à organização social, a autodeterminação e o direito de consulta", explicou.

Para o Secretário Executivo do Cimi, Cleber Buzatto, a nova edição do manual não poderia chegar em melhor hora, tendo em vista a conjuntura política nacional, que caminha para o segundo turno das eleições presidenciais e o cenário de violação de direitos humanos dos povos indígenas e de suas terras tradicionais no Brasil. Segundo dados do Relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados 2017", lançado pelo Cimi, no dia 27 de setembro, houve um aumento no número de casos, de 14 para 19 tipos, de violência sistematizados contra os povos indígenas em todo o território nacional. ♦

# MPF processa Eletronorte e Funai por coação ao povo Waimiri Atroari

Pedido de liminar requer que a empresa e a fundação não condicionem a efetivação de programa assistencial aos indígenas à concordância do povo com a construção do Linhão de Tucuruí

Por Ascom MPF Amazonas

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para impedir que a Eletronorte e a Fundação Nacional do Índio (Funai) tomem qualquer medida no sentido de impor ou condicionar a efetivação de programa voltado ao povo Waimiri Atroari à concordância dos indígenas com a construção da linha de transmissão Manaus – Boa Vista, o Linhão de Tucuruí, cujo traçado abrange a terra indígena onde vivem os Kinja, como se autodenominam os waimiri. Para o MPF, a exigência caracteriza prática abusiva de coação.

A ação do MPF pede, em caráter de urgência, que a Justiça suspenda o cronograma previsto pela Eletronorte, em que a empresa condiciona a continuidade do Programa Waimiri Atroari à concordância dos indígenas com a linha de transmissão, e qualquer outra medida restritiva em relação à continuidade dos repasses de recursos referentes ao programa até o final do processo.

O MPF também requer que a Eletronorte e a Funai sejam proibidas de impor, de forma unilateral, prazos para análise do empreendimento sem a realização de consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nos pedidos finais da ação, o MPF quer a confirmação de todos esses pedidos em caráter definitivo e pede também o pagamento de indenização no valor de R\$ 1 milhão por dano moral coletivo e a anulação de cláusula de termo de cooperação, firmado entre a Eletronorte, a Funai e a Associação da Comunidade Indígena Waimiri Atroari, que condiciona a continuidade do programa à aceitação dos indígenas em relação à execução do projeto do linhão.

A ação tramita na 3ª Vara Federal Cível do Amazonas, sob o número 1003750-98.2018.4.01.3200.

## Prática de coação

O Programa Waimiri Atroari (PWA) foi elaborado em 1987, como forma de compensar os impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Balbina no território do povo indígena. Pelo programa, a Eletronorte seria responsável pela implantação de medidas de assistência em saúde e educação, atividades produtivas e vigilância dos limites da área onde vivem os Kinja.

Em 2013, ano em que o programa foi renovado por mais dez anos por meio de termo de cooperação, a Eletronorte inseriu no documento cláusula estabelecendo que a eficácia e o início de vigência do referido acordo estavam condicionados à assinatura de protocolo de intenções entre a Eletronorte, a Funai e a Associação da Comunidade Indígena Waimiri Atroari, que formalizasse a concordância com o início imediato dos estudos do processo de licenciamento ambiental da linha de transmissão, bem como com o cronograma geral do empreendimento.

Na ação, o MPF ressalta que a Eletronorte inseriu obrigações aos indígenas que estão ligadas a outro empreendimento, no contexto da prorrogação do acordo especificamente voltado ao ressarcimento por danos socioambientais causados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Balbina. “Os indígenas entenderam que ali havia uma menção à concordância com a realização de estudos, aos quais nunca se opuseram, e não imaginariam que a alusão a um cronograma geral iria ser utilizada contra eles no futuro”, ressalta trecho do documento.



A ação do MPF pede, em caráter de urgência, que a Justiça suspenda o cronograma previsto pela Eletronorte

O MPF também requer que a Eletronorte e a Funai sejam proibidas de impor, de forma unilateral, prazos para análise do empreendimento sem a realização de consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O MPF narra que, posteriormente, em agosto de 2018, a Eletronorte remeteu documento no qual afirma que tomou decisão unilateral acerca da continuidade de pagamentos ao Programa Waimiri Atroari, condicionando-os ao cumprimento pelo povo indígena de uma série de ações relacionadas ao procedimento de licenciamento ambiental da linha de transmissão Manaus – Boa Vista.

“A empresa adotou uma medida de chantagem ao povo Kinja, exigindo a manifestação positiva ao empreendimento de linha de transmissão, independentemente de adoção do procedimento de consulta prévia, livre e informada”, sustenta o MPF na ação. Para o órgão, a atuação abusiva configura prática de coação, conforme prevê o artigo 151 do Código Civil.

## Desrespeito à legislação e a decisões judiciais

A ação civil pública reforça que a atuação da Eletronorte, com a aparente anuência da Funai, desconsidera a existência de decisões judiciais e de todo o debate a respeito da realização da consulta prévia, livre e informada ao povo Waimiri Atroari, prevista na Convenção nº 169, da OIT.

“A obrigação de consultar os povos afetados, em casos de empreendimentos e atividades, se justifica pela necessidade de garantir a integridade das terras indígenas, haja vista que a manutenção do modo tradicional de vida dos povos indígenas depende diretamente de seus territórios e dos recursos naturais neles contidos”, lembra o MPF.

A Justiça Federal já decidiu favoravelmente ao MPF em duas ações civis públicas diferentes quanto à necessidade de consulta aos Waimiri Atroari em relação à linha de transmissão. O empreendimento foi suspenso em sentença proferida em novembro de 2014. Em outra decisão judicial, em 2018, a Justiça reafirmou o caráter vinculante do consentimento dos Waimiri Atroari para qualquer obra de grandes empreendimentos com potenciais impactos sobre as terras indígenas pertencentes ao povo. ♦



O Programa Waimiri Atroari foi elaborado em 1987 como forma de compensar os impactos da UHE de Balbina



Porto na comunidade Vendaval

# Lagos de preservação ameaçados

Terras Indígenas Eware I e II, no alto Solimões, são alvo de invasores na prática da pesca predatória e do garimpo ilegal. O principal alvo dos invasores são os lagos de preservação manejados pelos povos Tikuna, Cambeba, Caixana e Cokama

Juliana Belota, antropóloga e pesquisadora

*Eware para os Tikuna representa o lugar sagrado, de origem do povo Tikuna que, segundo a tradição oral, foi um povo pescado por Yo'i, o criador do universo.*

argados à própria sorte, os indígenas guardiões dos lagos de reprodução destinados ao manejo pesqueiro, nas Terras Indígenas (TI) Eware I e Eware II, no Amazonas, sofrem constantes agressões e ameaças de morte. Segundo o procurador da Associação dos Caciques Indígenas de São Paulo Olivença (Acispo), Danilo Macário, o manejo é regulamentado pelos acordos de pesca definidos na implementação do manejo nas TIs, desde 2011 e, hoje, resulta no aumento das populações de peixes nos lagos, dentro das terras indígenas.

“Fora das terras indígenas não se tem mais a mesma potencialidade de recursos”, afirma Danilo Macário, e acrescenta: “onde não há nenhum cuidado com a preservação dos recursos naturais, não tem mais nada. Os recursos se acabaram”.

Para ele, isto é o que origina constantes conflitos com pescadores não indígenas, ribeirinhos, ou comerciantes do Peru, da Colômbia e do Brasil. “Hoje quem abastece o Solimões e os lagos fora da reserva indígena são os lagos manejados no território Tikuna, onde não se pode pescar, tirar madeira, invadir ou caçar de forma predatória”, afirma.

Apesar de terem desaparecido dos lagos e margens do Solimões, peixes como o pirarucu, o tambaqui e o tucunaré, o comércio de pescado, no Solimões, tem se intensificado e é aquecido pela exportação para os países vizinhos, Peru e Colômbia. A estimativa, até o ano passado, no último monitoramento, é de que 10 toneladas

por semana sejam levadas em barcos pesqueiros de São Paulo de Olivença para os países vizinhos.

Para Macário, é necessário que o governo municipal participe e estenda a experiência do manejo. Se isto não ocorrer, serão agravados os problemas. “Se não houver vigilância e fiscalização por órgãos competentes, irão ocorrer mortes de indígenas que vem constantemente sendo ameaçados. É muito comum as pessoas não entenderem e não respeitarem o regime das Terras Indígenas”, declara.

Um dos problemas enfrentados, hoje, pelos caciques é que o monitoramento do desembarque parou por falta de recursos. “Não conseguimos articular o trabalho voluntariado, e sabemos que é uma grande quantidade de peixe que sai, que aumenta a cada ano e que vem das terras indígenas”, afirma Macário.

Os rios que sofrem maior pressão são o Camatiã e o Jandiatuba. O Camatiã sofre forte pressão dos pescadores urbanos indígenas e não indígenas e, o Jandiatuba, é considerado o rio mais rico da região: tem madeira, minério, ouro, peixe e outros recursos. “Já foi inúmeras vezes causa de ameaças de mortes entre indígenas e agentes públicos”, diz o secretário da Colônia de Pescadores, Jerlane Márcio Moraes.

“Os rios que sofrem maior pressão são o Camatiã e o Jandiatuba. O Camatiã sofre forte pressão dos pescadores urbanos indígenas e não indígenas e, o Jandiatuba, é considerado o rio mais rico da região: tem madeira, minério, ouro, peixe e outros recursos”

De acordo com os relatórios de pesquisa do Laboratório de Manejo de Fauna do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (LMF/Inpa), as terras indígenas também estavam em situação crítica de declínio do pescado, antes do manejo. O dado é confirmado pelos caciques indígenas.

“Foi através de incentivos do Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Políticas Públicas em Áreas Estratégicas (PPOPE), do Projeto de Desenvolvimento Regional para a Zona Franca verde (Proderam), da Fundação de Amparo e Pesquisa do Amazonas (Fapeam) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), nosso parceiro na implementação do manejo pesqueiro, que vimos conseguindo devolver a qualidade potencial dos nossos recursos pesqueiros aos mananciais”, informa Macário.

O diagnóstico preliminar do LMF/Inpa apontou problemas paradoxais. Antes do manejo, havia um evidente conflito territorial, descrito na literatura como um conflito entre pescadores urbanos e pescadores indígenas. Mas, segundo o coordenador do projeto “Entendendo as questões socioambientais da várzea do alto Solimões para desenvolver abordagens integradas no manejo pesqueiro indígena”, o professor doutor em Ecologia, George Rebelo, estava tudo bem misturado até 2011.

“O quadro era um pouco mais complexo e envolvia um contingente altíssimo de indígenas que atuavam junto à Colônia de Pescadores e Associação de Pescadores de São Paulo de Olivença, na comercialização do pescado”, diz e acrescenta:

“O que era descrito como pesca de subsistência, em comunidades grandes, como Campo Alegre e Vendaval, era um comércio local, a base do escambo ou de moeda, caracterizando uma pescaria de mercado. Também é preciso diferenciar os pescadores urbanos de São Paulo de Olivença, os chamados pescadores de ‘caixinha’ - que

Subida do rio Jandiatuba onde habitam remanescentes Cambeba



vão com canoa e caixa de isopor com gelo – dos barcos pesqueiros, os geladores, que trabalham com capacidade muito maior e vinham pescar nos lagos dentro da Terra Indígena, antes do manejo”.

Para George Rebelo, o problema ganhava outra dimensão, quando não só vinham com uma demanda e capacidade de armazenamento muito maior, como ainda interferiam na produção local, contratando pescadores locais ou amaciando lideranças (caciques), para fazer vista grossa.

O pesquisador esclarece que além destes, havia outros conflitos. “O pescador de peixe ornamental, que comprava filhotes de Aruanã, dentro do Jacurapá e outras áreas, muitas vezes, subcontratava indígenas pra pescar pra eles, em troca de aviamentos. E havia ainda, o problema da piracatinga, que é um peixe liso, que não tinha mercado local, mas que era exportado (ou contrabandeado) pra Colômbia”, diz e acrescenta:

“A pesca da piracatinga, por exemplo, não ocorria dentro das áreas indígenas, prioritariamente. Acontecia na calha do rio Solimões, fora das terras indígenas. O problema é que usavam como isca o jacaré, que iam pegar dentro das áreas indígenas, criando um outro conflito, porque o jacaré é alimento para os indígenas, não é isca”. Mas, com o manejo Eware Tchoni, a partir de 2011, e a moratória sobre a pesca da piracatinga em 2015, a pesca do jacaré para isca dentro das terras indígenas diminuiu muito e quase desapareceu.

### Contravenção estatal

Além de todos estes problemas, setores que ainda estão fora das TI's, mas que são território ancestral, como é o caso do povo Cambeba, em trecho do rio Jandiatuba, começam a sofrer o problema do garimpo. Para Rebelo, um conflito com características próprias, mas que interfere diretamente, porque o garimpeiro é aquele cara que não produz nada, só faz consumir e alterar o ambiente.

Fotos: Juliana Bocchi



Reunião do Manejo Pesqueiro na comunidade do Ribeira

## Sobre as Terras Indígenas Eware I e II

As Terras Indígenas Eware I e II foram demarcadas e homologadas em 1986 e estão localizadas no município de São Paulo de Olivença, no alto Solimões. Segundo a constituição de 1988, os indígenas tem garantia de usufruto exclusivo das TI's. Consta no Art. 231 § 2º, que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existentes”.

É consenso entre os caciques indígenas que o garimpo tem causado impactos ambientais irreversíveis, como o assoreamento dos rios, a destruição dos barrancos pelas dragas, e as derrubadas que fazem, nas margens do rio Jandiatuba. Os efeitos são desastrosos para a população que vive na área. “Não se consegue navegar com barco grande, no período de seca, já houve vazamento de óleo no rio, o que causou a morte dos peixes e nem sabemos mais se a água está saudável”, diz Macário.

Ano passado, foram embargadas as dragas, após operação da polícia federal. Já se sabe que as dragas são ilegais, clandestinas e há a hipótese, entre os indígenas, de que sejam operadas sob a contravenção do poder público.

Contudo, hoje há dragas que estão sendo legalizadas e o processo de degradação continua, nos lagos de reprodução do pirarucu, que estão localizados no Jandiatuba. Não se sabe se cumprem normas ambientais, não há vigilância ou fiscalização do governo, no Jandiatuba e no rio Preto, seu afluente, onde operam as dragas. Para os indígenas, o fato de haver a exploração do recurso dentro do município, corrobora a anuência do poder público.

Não há documentos oficiais, o que se sabe é que os próprios garimpeiros, quando abordados pela população local, se defendem dizendo pagar ao município para fazer a exploração. Contudo, o problema vem de gestões anteriores. O atual prefeito, segundo os indígenas, não só acatou as reivindicações feitas por eles, como buscou parceria com a Polícia Federal, na expulsão das dragas.

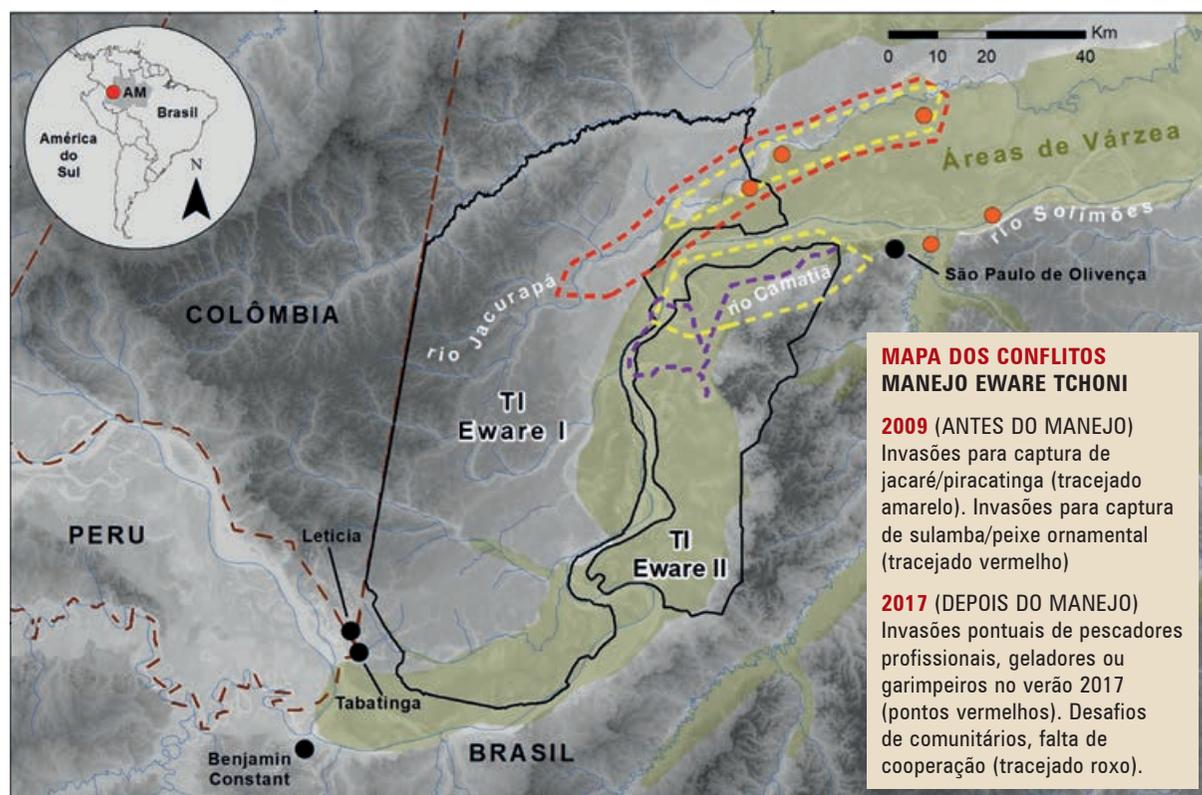
No momento, há algumas exigências de formalização das empresas que atuam no ramo. Para os povos indígenas, sendo legal ou ilegal, o garimpo causa problemas, sobretudo relativos à fauna. “Os impactos sobre os animais são intensos, os quelônios, por exemplo, estão diminuindo a olhos vistos”.

### Isonomia entre os poderes como estratégia de defesa

A questão do controle sobre os lagos é a questão *sine qua non*. Para George Rebelo, após a luta pela demarcação, houve um momento de estabilidade do movimento indígena na região, mas, nos territórios de pesca - os lagos - não havia o mesmo controle que o pessoal tinha sobre as áreas de roçado e de comunidade.

Para o cacique, é necessário que o governo interaja, no âmbito das três esferas de poder, para estabelecer uma estratégia de defesa dos lagos, nas TI's. Com a ausência dos órgãos federais e o impedimento, por lei, da participação das Polícias Militar e Civil na vigilância local, as coisas se tornam ainda mais difíceis para os indígenas que guardam os lagos. “Quando procuramos registrar os casos graves de agressão e ameaças, dizem: não é a com a gente, quem tem que ver isso é a polícia federal”.

Sem formalizar as ações com maior periodicidade e rigor, a Polícia Federal e o Ibama não tem como fiscalizar no dia-a-dia. Para os caciques, o governo deveria aceitar a anuência dos indígenas para ação dessas polícias locais, no sentido de repreender qualquer um que infrinja as normas legais dentro das TI's. “Sem lei, os indígenas se sentem largados à própria sorte, sentimos a falta da presença da lei, em âmbito local. A lei federal distante”. ♦



Mapa elaborado: ISG - pinguela.floresta@gmail.com

### Vale do Ribeira



# Povo Tenharin nega que indígenas feridos portavam armas em conflito com servidores da Funai

Uma testemunha diz que o grupo foi reivindicar a demarcação de terra dos Arara, mas não sabia do envolvimento de madeireiros no protesto

Por Elaíze Farias, Amazônia Real

A Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (Apitipre) divulgou nesta segunda-feira (15) uma nota oficial na qual nega que um grupo de indígenas Tenharin portava arma de fogo e tenha atacado a tiros uma base da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena, da Fundação Nacional do Índio (Funai), na Terra Indígena Kawahiva do Rio Prado, no noroeste do Mato Grosso. No conflito, morreu a liderança Erivelton Tenharin, 43 anos, e o professor Cleomar Tenharin, 31 anos, ficou ferido e continua internado no hospital público de Juína. Segundo a Funai, os servidores da base atiraram contra os indígenas para revidar um ataque de madeireiros à base, que é responsável pelo monitoramento e proteção de índios isolados.

À Amazônia Real, o presidente da Apitipre, Cleudo Alves de Souza Tenharin, disse que o povo Tenharin vai pedir indenização à Funai pela morte da liderança.

Na nota da Apitipre, Cleudo diz que os indígenas Tenharin foram até a terra do Rio Pardo convidados pelo indígena Francisco Chagas Arara, que pediu apoio para uma manifestação de reivindicação de um território na região de Guariba (MT), mas não sabiam que ele tinha envolvimento com madeireiros.

“Ficamos sabendo que, antes desse trágico episódio, esse indígena Arara [Francisco Arara] já havia organizado um confronto na Base, negociando isso com madeireiros. Então os parentes quando saíram do Igarapé Preto [no Amazonas] não sabiam de nada. Mas, se soubessem, não teriam ido. Como eles foram com boas intenções, nenhum deles tinha arma de fogo”, disse Cleudo Tenharin.

A Apitipre também nega que o grupo de Tenharin tenha disparado tiros contra os servidores da base na terra do Rio Pardo, que segundo a nota, é administrada pelo indigenista da Funai e coordenador Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena, Jair Condor.

“Todos sabem que é um costume do povo Tenharin se pintar nos momentos de conversar e tratar de assuntos de caráter político, como era o caso [a demarcação]. Trata-se de um sinal de respeito com os parceiros, uma demonstração de reconhecimento da posição ocupada pelo outro e da importância dos discursos que serão feitos. Os indígenas [Tenharin], nesse momento, foram alvejados e, em nenhum momento, revidaram. Eles foram o alvo de toda a má fé da situação tramada contra eles”, disse Cleudo Tenharin.

Conforme publicou à agência Amazônia Real, o conflito aconteceu na noite do dia 10 de outubro e, segundo nota da Funai divulgada na sexta-feira (12) “ao que tudo indica o que ocorreu parece ter sido um ataque feito por indígenas aos servidores da Base de Proteção da Frente Etnoambiental localizada na Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo”.

A Funai diz que os servidores revidaram o ataque de madeireiros. Não houve funcionários feridos e nem seus nomes foram divulgados. O Ministério Público Federal do Mato Grosso pediu urgência nas investigações da Polícia Federal.



Povo Tenharin reunido em assembleia para tratar das ameaças sofridas por invasores da Terra Indígena

“A Funai diz que os servidores revidaram o ataque de madeireiros. Não houve funcionários feridos e nem seus nomes foram divulgados.”

## Má fé e mentiras

O texto da nota do presidente da Apitipre começa com um manifesto de imenso pesar pela morte do Erivelton Tenharin e com a grande preocupação do povo com a saúde de Cleomar

Tenharin, que estaria gravemente ferido e internado na UTI do hospital em Juína. “Nossos demais parentes estão em estado de choque, traumatizados com a perda e a covardia a que o povo Tenharin foi submetido”, afirma Cleudo, que é irmão do professor Cleomar.

Também responsabiliza o indígena Francisco Chagas Arara pelo conflito. “Em um esquema arquitetado por madeireiros interessados em jogar parente contra parente, indígenas contra a Funai e a opinião pública contra nós indígenas e nossos parceiros indigenistas. Sabemos que esse conflito foi forjado por inimigos da causa indígena e que nossos parentes caminharam inocentemente para uma armadilha, e só o fizeram porque acreditam no direito básico de todo povo indígena ter sua terra demarcada”, diz Cleudo Tenharin.

Ele afirmou que seus parentes foram feridos no conflito por má fé e mentiras. “Foi a coragem e a solidariedade que moviam nossos parentes. Mas, foi a má fé e a mentira que tiraram a vida do meu primo Erivelton. Escrevo para que todos saibam que sua força não será esquecida e, por isso, seguiremos buscando a justiça. Saberemos transformar o vazio da perda em força para que nossa

“Não fomos atirar em ninguém, não temos armas para isso, fomos até com crianças. Fomos lá para conversar pra eles [servidores] nos apoiarem. Nunca fomos apoiados por esse pessoal que está aqui. Pra mim, não é da Funai, não é bandido.”

luta não seja desarticulada por aqueles que, repetidas vezes, tentam se aproveitar de nós através de fraudes e violência. Os Tenharin seguem vivos. Os Tenharin resistem!”, diz Cleudo.

Procurado pela agência Amazônia Real nesta segunda-feira (15), Cleudo Tenharin disse que espera que o episódio seja esclarecido pela Polícia Federal. Ele também afirmou que tanto Francisco Arara quanto a Funai têm responsabilidade na ação que resultou na morte do indígena Tenharin e que vai pedir indenização para as famílias de Erivelton e Cleomar.

“Eles [os indígenas] não estavam armados. Eles foram fazer uma mobilização pacífica. Foi isso que o Arara disse a eles quando foi convidar [os tenharin]. Vamos trabalhar para que tudo se esclareça e no final tenhamos resultado positivo, puna os culpados. Vamos pedir indenização às famílias, pois elas têm filhos e eles precisam, são crianças ainda”, disse ele à reportagem.

A reportagem procurou novamente Francisco Arara, também conhecido como Ararinha, mas ele não atendeu às ligações nem respondeu as mensagens pelo WhatsApp. Também não conseguiu contato de

outra liderança Arara do grupo de indígenas que estaria pleiteando a demarcação de uma terra conhecida como Arara do Rio Guariba.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Francisco Arara disse que o motivo da manifestação foi para reivindicar a demarcação da Terra Indígena Araras do rio Guariba. Ele negou que usou arma de fogo.

“A gente estava todo mundo pintado. Não fomos atirar em ninguém, não temos armas para isso, fomos até com crianças. Fomos lá para conversar pra eles [servidores] nos apoiarem. Nunca fomos apoiados por esse pessoal que está aqui. Pra mim, não é da Funai, não é bandido”, afirmou Francisco Arara na reportagem da Folha.

Audacir Arara, assessor de projetos e comunicação da Associação Indígena Yukapkatan do Povo Arara do Rio Branco, disse à Amazônia Real que a ação na Base da Funai foi surpresa para todos e que “ninguém sabia do fato”.

Ele afirmou que a Associação vai divulgar uma nota sobre o assunto nesta terça-feira (16). Os Arara do Rio Branco possuem território demarcado, no noroeste do Mato Grosso.

No entanto, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), desde 2003 há um pedido de estudos e laudo antropológico na Funai de um grupo conhecido como Arara do Rio Guariba, cujo território estaria sobreposto a uma reserva extrativista estadual. “É uma situação que até hoje não foi encaminhada pela Funai e isso causa muitos conflitos na região”, disse um funcionário do Cimi, que pediu para não ter o nome revelado.

### A versão dos Tenharin sobre o conflito

De acordo com a nota oficial do presidente da Apitipre, Cleudo Tenharin, o grupo de oito indígenas Tenharin se reuniu com Francisco Chagas Arara para tratar de uma manifestação para pedir a demarcação de um território

na região do rio Guariba, no Mato Grosso.

“Por se tratar de uma reivindicação política e por ele pedir apoio de parceiros, principalmente indígenas, o nosso pessoal (sempre solidário com os demais parentes indígenas), se prontificou a ajudá-lo, desde que fosse uma manifestação pacífica. Então, ficou acertado que ele daria o apoio logístico e mandou um carro até o Igarapé Preto (no Amazonas) e levou os seis parentes”, diz a nota. Anteriormente, Cleudo disse à reportagem que eram oito Tenharin.

Conforme a nota da Apitipre, quando os Tenharin chegaram em Mato Grosso, questionaram Francisco sobre a documentação para oficializar que haveria uma manifestação à Funai e à Polícia Militar, que deveria dar suporte no local. “O referido Francisco afirmou que haveria presença da Funai. Mas, logo desviou da conversa. Ele pediu para que as pessoas presentes se pintassem. Em seguida, ele disse que seguiriam para a aldeia fazer a manifestação lá, ninguém sabia que na realidade eles estavam indo para a Base da Frente de Proteção dos indígenas isolados que o Jair [Jair Condor, coordenador da Frente] cuida, a Base Madeirinha/Juruena. Então, por volta de mais ou menos 19h, eles saíram de Guariba e foram para o local. E chegaram por volta de 21h”, diz o relato, na nota.

“Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), desde 2003 há um pedido de estudos e laudo antropológico na Funai de um grupo conhecido como Arara do Rio Guariba, cujo território estaria sobreposto a uma reserva extrativista estadual”

Segundo a nota da Apitipre, os indígenas ouviram tiros antes mesmo de chegar de carro e motocicletas à Base da Funai. “Ao se aproximar do local, cerca de 300 metros, eles ouviram tiros. E uma das integrantes do grupo alertou que eles estavam atirando. Mas, os demais acharam que eram foguetes já que geralmente é assim que os convidados são recebidos nas aldeias. Todos estavam inocentes, não sabendo o que estava acontecendo. Quando se aproximaram

cerca de 150 metros, eles só viram o pessoal atirando neles. O povo começou a atirar em cima do carro. Logo atingiram Erivelton. E, em seguida, o tiro atingiu Cleomar. Eles tentaram salvar a vida deles, resgataram o corpo e saíram com ele nas costas. Nesse momento era cada um por si tentando salvar sua vida. Era muita correria por causa dos tiros. Crianças correram para a mata. E o pessoal estava inocente na situação”, relatou uma testemunha do conflito no comunicado da associação do povo Tenharin.

### O que dizem as autoridades?

A Amazônia Real procurou a Funai para saber sobre o curso das investigações a respeito do episódio. Também indagou sobre os tiros disparados contra o grupo de indígenas e os motivos e perguntou se o órgão indigenista abriu procedimento administrativo. Em resposta, a assessoria de comunicação disse que, no momento, a única manifestação do órgão é a nota divulgada no último dia 12.

Na nota, a Funai diz que “está acompanhando de perto junto às forças policiais o que, ao que tudo indica, parece ter sido um ataque feito por indígenas aos servidores da Funai, na Base de Proteção Etnoambiental localizada na Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, onde há presença confirmada de índios isolados. Informamos que esta Fundação está pronta a cooperar naquilo que for necessário.”

O Ministério Público Federal em Mato Grosso divulgou que instaurou procedimento criminal para “apurar suposto conflito”, mas até a publicação desta matéria a assessoria de imprensa não respondeu como está a investigação. A Polícia Federal também foi procurada também, mas a assessoria de imprensa não respondeu se a perícia nas armas dos servidores foi realizada e como está se desenvolvendo as investigações. Também não disse que foram apreendidas armas com os indígenas e se tomou depoimento de algumas testemunhas do conflito. ♦



Raphael Cortezao/MPP/AM

A fotografia mostra Erivelton Tenharin caído no chão e uma borduna de madeira próxima a ele

Assine o  
**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul

Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

# Atentado contra a cacique Madalena Pitaguary é consequência da falta de demarcação das terras indígenas

Cimi Regional Nordeste

Mais um ato de violência contra os povos indígenas no Brasil. Na noite do dia 12 de setembro, a cacique Madalena Pitaguary foi atacada a tiros no território tradicional do povo, localizado no município de Pacatuba, a poucos quilômetros de Fortaleza, capital cearense.

A indígena sofreu um disparo na nuca ao lutar contra um homem encapuzado que a emboscou em uma estrada de terra, enquanto ela e outras mulheres, incluindo uma criança, andavam de uma aldeia à outra. Durante o embate corporal, o homem disparou o revólver e, na sequência, fugiu.

Cacique Madalena foi hospitalizada, passou por uma cirurgia e sobreviveu. Infelizmente não se trata de um ato isolado. Lideranças Pitaguary vêm sendo vítimas de pauladas, ameaças de todo tipo, um indígena foi queimado vivo, mulheres comumente são espancadas e agora este covarde atentado contra Madalena Pitaguary.

Além de agressões físicas e atentados, os Pitaguary têm sido vítimas de diferentes estratégias de violência, caso dos grandes empreendimentos em seu território.



Arquivo Pessoal

Cacique Madalena Pitaguary: baleada durante atentado ocorrido no dia 12 de setembro. Mulher e liderança, a cacique é vítima não apenas da morosidade do Estado em demarcar o território, mas do machismo

Recentemente o povo enfrentou na Justiça, e saiu vitorioso, empresas de mineração que buscam dilapidar áreas do território.

Estes são efeitos incontestáveis da violência extrema possibilitada pela falta de conclusão do procedimento de demarcação da terra indígena, pleiteada pelos Pitaguary há décadas. A situação se tornou ainda mais dramática após a Portaria 001 da Advocacia-Geral da União (AGU), que oferece um ambiente favorável aos agressores e invasores dos povos e terras indígenas.

O Cimi Regional Nordeste se solidariza com os Pitaguary e exige investigação imediata deste crime. Bem como a conclusão da demarcação da Terra Indígena Pitaguary e a retirada dos invasores. A permanência desta situação tem gerado dissociações e sofrimentos para o povo.

Não podemos admitir tal padrão de violência impune e abjeta, atos arbitrários e criminosos que operam no plano material e simbólico e se impõem sobre o povo Pitaguary de maneira atroz. Colocamo-nos em apoio, denunciando a violência que os indígenas têm sofrido. Que suas terras sejam demarcadas e as investigações das autoridades públicas sejam realizadas. Pelo fim do descaso das autoridades e da falta de justiça e reparação. ♦

## Indígenas participam da Assembleia de Mulheres na Aldeia Açaizal

Por Luana Kumaruara

Mulheres indígenas do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) – região Eixo Forte (Alter do Chão), rio Maró, rio Tapajós, município de Belterra e Aveiro -, participaram, nos dias 3, 4 e 5 de setembro, da Assembleia de Mulheres na Aldeia Açaizal. O evento realizado pelo Departamento de Mulheres Indígenas do Baixo Tapajós, do CITA, reuniu cerca de 100 pessoas, entre mulheres indígenas e não indígenas, homens e crianças.

A Assembleia de Mulheres objetivou a ampliação do debate sobre a atuação das mulheres nos espaços políticos, com foco na violência doméstica, psicológica e de perseguição e criminalização de lideranças femininas. O evento pautou ainda sobre a Demarcação de Terras Indígenas, sobretudo o pedido de Grupo de Trabalho para a Fundação Nacional dos Índios (Funai), para demarcação da Terra Indígena Munduruku-Apiaka do Planalto Santareno. Encaminhamentos de saúde e educação, ameaçados de retrocesso nas políticas públicas já conquistadas, também foram abordados na Assembleia de Mulheres.

Além do debate proposto, a Assembleia foi realizada com intuito de ativar o Departamento de Mulheres do CITA, que é responsável por mais de 8 mil indígenas. Depois da programação na plenária, o evento seguiu com oficina de pinturas corporais indígenas (tinta de jenipapo e urucum) e oficina de cartazes, pois, o evento se encerrava com a Marcha das Mulheres Indígenas no “Grito dos Excluídos” que aconteceu na Avenida Tapajós no município de Santarém.

O debate contou com a presença de psicólogas, enfermeiras e um assistente do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins (DSEI GUATOC). Esses profissionais trabalham no programa Bem Viver, com ênfase em saúde da mulher e principalmente saúde mental das mulheres indígenas, para combater os recorrentes casos de homicídio e suicídio na região.

Atualmente, a Aldeia Açaizal, que pertence ao povo Munduruku e Apiaká do Planalto, é uma etnia com histórico de árdua luta contra os chamados “sojeiros”



Luana Kumaruara

A Assembleia foi realizada com intuito de ativar o Departamento de Mulheres do CITA

naquela região e o interesses de grandes projetos como porto graneleiro para escoamento de soja. O próximo Encontro de Mulheres Indígenas ficou definido para janeiro de 2019, na Aldeia Novo Gurupá- Rio Arapiuns.

### Histórico

As Mulheres Indígenas no Baixo Tapajós são historicamente aguerridas. Desde a criação, em 1997, da primeira organização do movimento indígena na região, o Grupo de Consciência Indígenas – GCI. Essas mulheres tiveram forte atuação com direito a participação e voz, no entanto, de certa forma foram invisibilizadas pela sociedade patriarcal. Hoje, grande parte das participação social nas aldeias são delas: nos cacicados, são curandeiras, educadoras, pescadoras, catequistas, entre outras atuações.

Em 2017, mulheres indígenas que atuam no CITA, começaram a realizar mobilizações de base para organizar a luta nos territórios com as mulheres. Para isso, foram realizados três encontros regionais: na aldeia São Pedro, no rio Arapiuns, na aldeia Ipaupixuna abrangendo a região do Planalto Santareno e Eixo Forte, e o último na aldeia de Solimões para atender os territórios Kumaruara e Tupinambá. Nos encontros de base estiveram reunidos cerca de 350 indígenas, com debate voltado para o fortalecimento das organizações das mulheres. A participação das mulheres reforça a presença feminina nas ações do movimento, bem como nos desafios de conciliar os compromissos da militância e da família.

Nos encontros tiveram oficinas de material de limpeza, de remédios caseiros (pomada e xarope), confecção de artesanato (com miçangas), rodas de conversa sobre violências contra mulher, com base na Lei Maria da Penha. ♦

# “Ataques e criminalização contra os povos indígenas e seus defensores no Brasil são os mais graves do mundo”

Afirma Victoria Tauli-Corpuz, relatora da ONU. O quadro de impunidade generalizada integra as conclusões apresentadas em relatório sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Por Michelle Calazans, da Assessoria de Comunicação - Cimi

A Relatora Especial das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, apresentou, no dia 19 de setembro, na Suíça, conclusões e recomendações sobre a situação dos defensores indígenas de Direitos Humanos. O estudo traz informações com governos e outros atores em relação a alegações de violações dos direitos dos povos indígenas em todo o mundo e coloca o Brasil no topo de um lamentável ranking de omissão e impunidade às violações de indígenas e de defensores desses direitos.

Os dados de Victoria Tauli-Corpuz correspondem, inclusive, à visita feita no Brasil em 2016, que identificou esse cenário de total desproteção e desrespeito vivenciado pelos povos indígenas e os defensores desses direitos originários. Além de concluir de forma contundente esse quadro de violações, a relatora também defende recomendações preventivas e de proteção que devem ser adotadas em caráter imediato para combater o quadro de impunidade generalizada. O documento foi apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, durante a 39ª sessão ordinária.

Segundo a relatora, desde a última vez que informou ao Conselho de Direitos Humanos, seu mandato emitiu 40 cartas de alegação para 19 países e várias empresas privadas em relação a violações relatadas de uma série de direitos civis e políticos, bem como econômicos, sociais e culturais. “O documentado faz referência às visitas e comunicações em diversos países que identificaram ataques e criminalização. Na maioria dos casos, quando líderes indígenas e membros da comunidade expressam oposição a projetos de larga escala relacionados a indústrias extrativas, agronegócios, infraestrutura, barragens hidrelétricas e extração de madeira. Estas violações estão ocorrendo no contexto da competição intensificada e exploração de recursos naturais. Grandes projetos de desenvolvimento estão causando danos irreparáveis ao nosso meio ambiente e aos recursos naturais dos quais os povos indígenas dependem para sua sobrevivência”, ressaltou.

Em conclusão, a relatora destaca no documento a responsabilidade primária pertencente aos Estados de assegurar que os povos indígenas podem exercer seus direitos de maneira segura. O relatório pontua também a necessidade imediata de definir providências acerca de ataques, criminalização e impunidade daqueles que cometem violações contra os povos indígenas.

Para a relatora, os povos indígenas não são contra o desenvolvimento social do país, mas rejeitam modelos considerados “desenvolvimentista”, isto é, que são impostos sem o consentimento dos povos indígenas, priorizando modelos exógenos e que prejudicam os direitos a autodeterminação sobre seus territórios e recursos naturais, e ainda compromete gravemente a proteção de modos e costumes específicos, sobre o uso sustentável das terras.

Aos Estados, a relatora recomenda que todos os ataques devem ser investigados com rapidez e imparcialidade. Bem como, a violência contra os defensores das lutas indígenas. Segundo Victoria Tauli-Corpuz, medidas devem ser tomadas para fornecer reparações e compensação efetiva, a exemplo da “tolerância zero” para assassinatos e violência praticados contra os defensores dos direitos humanos desses povos originários.



Thiago Micato/Cimi

Segundo a relatora, desde a última vez que informou ao Conselho de Direitos Humanos, seu mandato emitiu 40 cartas de alegação para 19 países e várias empresas privadas em relação a violações relatadas de uma série de direitos civis e políticos, bem como econômicos, sociais e culturais

Nesse contexto, o relatório especial reitera a necessidade de reconhecimento coletivo – por parte do governo e daqueles que defendem os direitos indígenas – de que a preocupação desses povos originários seja competência legítima no processo que visa o desenvolvimento sustentável, principalmente no caso das comunidades indígenas afetadas pelos projetos considerados de desenvolvimento em larga escala: “Os Estados devem assegurar que a legislação estabeleça obrigações de diligência devida para empresas incorporadas em suas jurisdições e suas subsidiárias quando há risco de violações dos direitos humanos dos povos indígenas”, aborda o relatório.

No caso da criminalização, Victoria Tauli-Corpuz esclarece a urgência de uma revisão abrangente das leis nacionais no âmbito dos direitos indígenas. Para ela, é imprescindível aprovar leis e políticas que apoiem expressamente a proteção de defensores e de povos indígenas. Além de assegurar a revogação de leis e procedimentos penais que violam o princípio da legalidade e estão em contradição com as obrigações internacionais, bem como legislação que criminaliza os meios de subsistência indígena, como agricultura rotativa, caça e coleta.

Destaca ainda que As medidas de proteção devem assegurar, que os aspectos da proteção individual e coletiva sejam abordados na prática, em estreito consentimento com os povos indígenas afetados. As iniciativas de proteção dirigidas pelos povos indígenas devem servir como guia para formular todas as medi-

das adotadas pelas autoridades em favor das comunidades indígenas em situação de risco.

Acerca das causas profundas de ataques e da criminalização, os direitos coletivos dos povos indígenas devem ser reconhecidos sobre a terra, reitera Victoria Tauli-Corpuz, no documento. Essa situação requer, entre outras coisas, acesso rápido e eficaz para resolver a questão dos títulos de terra; a revisão de leis da expropriação; mecanismos adequados para resolver disputas sobre a terra; proteção eficaz contra a invasão da terra, incluindo sistemas de alerta precoce e sistemas de vigilância no local; e a proibição de despejos forçados.

Em tese, o documento também recomenda que os oficiais da lei e promotores devem ser treinados para lidar com normas de direitos humanos, a fim de contribuir no combate à criminalização de

povos indígenas que estão defendendo pacificamente seus direitos sobre suas terras e recursos. O relatório também orienta que é essencial assegurar aos povos indígenas participação genuína e acesso à informação de maneira culturalmente apropriada em linguagem de fácil entendimento, em todas as etapas, incluindo às avaliações de impacto sobre os direitos humanos, a planejamento, execução e supervisão de projetos.

Direcionado às empresas privadas, o relatório recomenda exercer a devida diligência em questões de direitos humanos em todas as operações e assumir compromissos claros com as políticas para esse fim. Além de realizar permanentemente avaliações de impacto nos direitos humanos em todos os projetos, com a plena participação das comunidades indígenas que podem ser afetadas, evitando assim, qualquer ato de difamação que estigmatize os povos indígenas.

A relatora também pontua no relatório, dados da organização Front Line Defenders, em que dos 312 defensores dos direitos humanos assassinados em 2017, 67% eram indígenas que protegiam suas terras ou direitos. Desse total, a maioria lutava contra projetos do setor privado. Além disso, 80% dos casos ocorreram em quatro países: Brasil, Colômbia, México e Filipinas, embora a situação do Equador, Guatemala, Honduras, Índia, Quênia e Peru também apresenta esse enfoque. Nesse contexto, Victoria Tauli-Corpuz mencionou os 207 casos de assassinatos no relatório, publicado pela ONG britânica Global Witness, em julho de 2017. O documento também traz outra fonte documentada em 2016: “200 mortes em 24 países de pessoas que defendiam suas terras, florestas e rios contra indústrias destrutivas”. O autores concluíram que quase 40% dos assassinados eram indígenas e que 60% das mortes ocorreram na América Latina.

Por fim, o relatório recomenda que as instituições nacionais e organizações independentes de direitos humanos, realizem o monitoramento de projetos de desenvolvimento em larga escala, por meio do diálogo regular com os povos indígenas em situação de risco de ataques, por meio de visitas a essas comunidades. ♦

# Polícia ruralista: o uso da força contra os Guarani e Kaiowá

Casas queimadas e vítimas atingidas com balas de borrachas revelam ação violenta da polícia no MS. Operações favorecem fazendeiros e têm parceria com empresas de segurança

Por João Cesar Diaz\*

Um helicóptero da Polícia Militar sobrevoava a paisagem devastada, levantando poeira e atirando o fogo que ardia no capim logo abaixo. A bordo, estava o secretário de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Antônio Carlos Videira.

Do céu, ele coordenava a ação de cerca de 70 policiais do Batalhão de Choque que tinha como objetivo expulsar os indígenas da sede da fazenda Santa Maria. A propriedade é vizinha da comunidade Guarani e Kaiowá de Guapo'y, no município de Caarapó. Uma fumaça preta encobria parte do horizonte.

A viagem de mais de 300 quilômetros feita pelos policiais em um par de horas foi resposta ao furto de porcos e de eletrodomésticos. Segundo a polícia, o batalhão fora acionado pelos funcionários da fazenda, que estariam em "cárcere privado" dentro da sede e cercados pelos indígenas que furtaram os animais e objetos.

A ação, que aconteceu em 26 de agosto, terminou com cinco indígenas atingidos por balas de borrachas, um Kaiowá de 69 anos preso e uma mulher atropelada por uma viatura da PM. Ela carregava sua filha no colo. "Quando a encontrei, ela mal conseguia caminhar, porque a viatura passou por cima da sua perna e da sua coluna", disse uma agente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que preferiu não se identificar por medo de represálias. Em 2016, um de seus colegas de trabalho, também indígena, foi assassinado no episódio que ficou conhecido como massacre de Caarapó e que já levou à condenação de fazendeiros da região.

Criticada pelo Ministério Público Federal, a ação policial também foi repreendida por servidores da Funai e integrantes do Conselho Indigenista Missionário. A operação sem o acompanhamento da Polícia Federal "foi um erro conceitual grave por parte da PM", afirmou o procurador da República, Marco Antônio Delfino, do Ministério Público de Dourados. Ele argumenta que, segundo a Constituição, os direitos dos indígenas competem à União.



Retomada alvo da ação policial é composta por apenas 24 famílias, mas com muitas crianças e adolescentes

"O tamanho do contingente de policiais foi uma resposta desproporcional", afirma Crizantho Fialho, servidor da Funai que esteve na comunidade poucas horas após a ação.

Não é a primeira vez que ações policiais são criticadas pelo excesso de força contra indígenas na região. O problema deve piorar com a escalada da tensão fundiária entre indígenas e fazendeiros no estado, especialmente em um cenário de vitória do presidenciável Jair Bolsonaro, explica Joênia Wapichana (REDE-RR), a primeira mulher indígena eleita deputada federal no país. "O discurso dele deixa claro que irá favorecer o lado que está contra os indígenas".

Com a promessa de suspender homologações de terras indígenas, armar proprietários rurais e tipificar ocupações de terra como "atos terroristas", o capitão da reserva promete riscar um fósforo a um barril já cheio de pólvora.

A ação não foi caso isolado. Um ano antes, os moradores da comunidade indígena de Nhandeva, à beira da mesma rodovia que passa por Guapo'y, receberam a visita de um grupo de pelo menos 200 policiais e soldados.

A ação, coordenada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, reuniu também o Departamento de Operações de Fronteiras e o Exército, que voou até a comunidade com um de seus helicópteros. Buscavam armas ilegais em Nhandeva, mas só acharam – e apreenderam – duas de brinquedo. "Simulacros", disse a polícia, em nota divulgada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

"Não vieram para revistar. Vieram para judiar", critica um dos indígenas de Nhandeva. "Entraram em todas as casas. Jogaram nossas panelas no chão, rasgaram nossas sacas de arroz, mas a gente não tem nenhuma arma de fogo escondida".

Dessa vez, o problema não foi apenas uso "desproporcional da força", mas também a ausência de mandados judiciais específicos para revistarem as casas dos moradores, segundo Fialho, servidor da Funai. "A ação em Nhandeva foi ilegal. Foi uma ação de busca e apreensão sem qualquer indício e feita com mandados judiciais genéricos [coletivos] de busca e apreensão. Entraram na casa de todos por lá".

Procuradores, juízes e até ministros do Supremo Tribunal Federal há muito questionam o uso de mandados judiciais genéricos – quando há uma autorização judicial que permite busca e apreensão nas casas de todos os moradores de uma determinada comunidade. Os mandados usados em Nhandeva serviram "para entrar em qualquer moradia na comunidade, indiscriminadamente", denuncia o procurador da República Marco Antônio Delfino.



Indígenas denunciaram truculência da ação policial no tekoha Guapo'y com disparos vindos de um helicóptero

As críticas aos mandados genéricos ganharam força neste ano por conta da intervenção federal no Rio de Janeiro. “A lei é clara. O Código de Processo Penal exige que do mandado de busca e apreensão conste, sempre que possível, o local objeto da busca”, disse, em entrevista ao UOL em fevereiro, o decano do Supremo, Celso de Mello. Agir com mandados genéricos é “uma medida invasiva, intrusiva”, destacou.

À época, o MPF criticou, também, o comando da operação. Os policiais e soldados que revistaram toda a comunidade foram coordenados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública, nível estadual. Como o Ministério Público Federal reforça, esse tipo de operação cabe ao nível federal, à competência da Polícia Federal.

Em contraposição, o mesmo argumento da competência da esfera federal é usado, seletivamente, pelos próprios policiais – apenas quando são chamados pelos indígenas, segundo a missionária do Cimi no Mato Grosso do Sul, Lídia Oliveira. “Nestes casos, os policiais dizem não poder entrar nas comunidades, mas o mesmo não acontece quando chamados pelos fazendeiros”.

Em 2016, outra comunidade indígena da região foi alvo de mais uma operação policial que terminou em violações. Dessa vez, os policiais queimaram os barracos e os pertences dos indígenas “Era polícia demais para pouca gente”, lembra Cristina de Souza, missionária do Conselho Indigenista Missionário, que presenciou o despejo na pequena comunidade indígena de Apikay.

Segundo ela, foram acionados pelo menos 65 militares para lidar com apenas 20 Kaiowá e Guarani acampados em parte do terreno da Usina São Fernando, em Dourados. Em nota enviada à Repórter Brasil, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública disse não ter conhecimento de que o fogo foi causado por policiais.

O acampamento era uma tentativa de retomar um antigo território indígena. “Só não perderam tudo porque choveu e apagou parte do fogo”, relembra Souza. Dois anos se passaram e o que restou para a comunidade de Apikay é uma estreita faixa de terra batida, com um punhado de casebres que se equilibram no barranco entre a BR-463 e uma lavoura de cana-de-açúcar. A rodovia é uma constante ameaça. Pelo menos oito dos moradores já morreram atropelados nos últimos anos.

### Crime comum ou conflito por terras?

Poucas horas após o conflito com os moradores de Guapo’y, em agosto último, os policiais do Batalhão de Choque, ainda fardados, terminavam uma acalorada partida de futebol na sede da fazenda. Parte da vegetação ainda queimava, mas o clima era de descontração. Os policiais comentaram à equipe da Repórter Brasil que a ausência de acompanhamento da Polícia Federal era justificado, já que se tratava de um “crime comum” – furto –, portanto, fora da competência federal.

No entanto, para o procurador Delfino, a argumentação da Polícia Militar “de crime comum” não cabe, porque o episódio teria sido movido por questões fundiárias. Isso colocaria o problema dentro do quesito “direitos dos indígenas” e, conseqüentemente, como responsabilidade da União. Para explicar a tese de conflito fundiário, Delfino destacou que poucas semanas antes do episódio a mesma comunidade recebera avisos de que deveria abandonar o território e fora vítima de um ataque de pistoleiros.

“É preocupante a tendência imposta pelos ruralistas”, analisa o antropólogo Spensy Pimentel, profes-



Ambrósio tomou um tiro de bala de borracha e ficou preso por uma semana

sor da Universidade Federal do Sul da Bahia que estuda as comunidades Guarani e Kaiowá há 17 anos. Para ele, criminalizar as reivindicações indígenas como “crime comum” pode ser uma ferramenta para fazer da polícia uma “força a ser usada indiscriminadamente” na defesa dos grandes fazendeiros.

Procurada para comentar o conflito entre as competências estaduais e federais em Guapo’y, a Polícia Militar do Mato Grosso do Sul – através da Secretaria de Justiça e Segurança Pública – voltou a reforçar a tese de “crime comum”, dizendo que “a operação não era de competência da PF, uma vez que não era de desocupação de área, e sim de roubo qualificado e cárcere privado.”

### Segurança privada ou pistolagem?

Não é só a polícia que entra armada nas aldeias. Os indígenas da região também lidam cotidianamente com pistoleiros e seguranças privados das fazendas que cercam suas terras.

Contratadas pelos fazendeiros, muitos funcionários das empresas de segurança privada têm uma relação próxima com a Polícia Militar. Algumas são fundadas e compostas por ex-militares.

Na operação em Guapo’y, o batalhão comandado por Marcus Vinicius Pollet só se retirou quando oito vigilantes privados chegaram à sede da fazenda. Eles trabalham para a empresa de segurança privada Safety Assessoria, cujo dono, Marco Antônio Kobayashi, é ex-comandante da Polícia Militar de Caarapó e amigo do coronel Pollet.



Maria, de Guapo’y, teve a porta arrombada e a casa revirada pelos policiais

O próprio Kobayashi revelou, em entrevista concedida à Repórter Brasil durante a operação, que a rapidez e tamanho da resposta policial do Estado se deveram à boa conexão dos donos da fazenda com as autoridades do estado. De acordo com o militar aposentado, quem o contratou para ir à fazenda foi Tony Penteado, membro da família controladora da empresa que é proprietária da fazenda, a Penteado Participações. Tony Penteado afirmou à Repórter Brasil que a família não costuma dar entrevistas à imprensa.

Na sede da fazenda, Kobayashi reclamou do “tratamento especial” dado pela Justiça aos indígenas: “Vai quebrar uma perna de um índio pra ver o que te acontece”. Deveria ser diferente, lamentou Kobayashi: “Escre-

veu, não leu: a bala comeu.”

Quando perguntado sobre qual seria a melhor solução para o conflito entre os fazendeiros e indígenas no Mato Grosso do Sul, Kobayashi respondeu que seria necessário que a Justiça decidisse – finalmente – de quem são as terras por lá. Mas ironizou: “O problema é que se não tem conflito, a gente não tem trabalho”.

Empresas de segurança, como a de Kobayashi, não são ilegais, como explicou o procurador da República, Marco Antônio Delfino. “O problema é a falta de fiscalização dessas empresas” e o perigo de se tornarem “jagunçagem travestida de empresa de segurança”.

Um exemplo disso é o caso da Gaspem Segurança, empresa fundada pelo ex-policial Aurelino Arce e fechada em 2014 por decisão judicial. Investigações policiais ligaram a empresa a diversos crimes contra a população indígena do sul do estado, os inquéritos citam assassinatos de lideranças, despejos violentos e a proibição de que medicamentos e alimentos fossem distribuídos. De acordo com processo da 1ª Vara Federal de Dourados, a empresa cobrava até 30 mil reais para cada despejo. Os pistoleiros prestavam esses serviços ilegais em pelo menos cinco municípios da região.

À equação explosiva citada pelo procurador, soma-se outro fator: os chamados ruralistas – políticos que defendem a agenda dos grandes proprietários rurais. Em alguns casos, político e proprietário são a mesma pessoa. Em Guyaroka, palco da última reunião da Aty Guasu – a maior organização política Kaiowá e Guarani – indígenas apontaram o deputado estadual José Roberto Teixeira (DEM-MS) como um dos fazendeiros que já enviou seus pistoleiros a Guyaroka.

Em um encontro pessoal com uma Kaiowá de Guyaroká, o deputado Zé Teixeira teria deixado claro que: “Se um dia eu tiver que dar terra para vocês, farei questão que seja só areia”.

Em nota à Repórter Brasil, Teixeira nega ter seguranças privados e reafirma que a terra reivindicada pelos indígenas é de sua propriedade. O deputado foi preso no dia 12 de setembro, acusado de corrupção, e solto uma semana depois. O caso foi aberto por conta das delações de empresários do grupo JBS.

Como Teixeira, que foi reeleito para a Assembleia Legislativa, o Mato Grosso do Sul reelegeu dois deputados federais que são proprietários rurais e integram a Frente Parlamentar da Agropecuária. A desproporção de forças que também alcança as casas legislativas sugere um cenário ainda mais perigoso para os Guarani e Kaiowá nos próximos anos. ♦

\* Esta reportagem foi realizada no contexto de uma missão internacional de investigação coordenada por FIAN Internacional e FIAN Brasil em agosto de 2018, com apoio da Aty Guasu e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

# O Voo do Pajé

Roteiro\*: Renato Sanzani  
Desenhos: Otto Mendes

Serra da Cacaria, Terra Indígena Pankará, sertão de Pernambuco.

Valei-me Nossa Senhora,  
O Pajé parece que  
está levitando!

Volta! volta!

